



BLACK BLOCS, COLETIVO COYOTE, TEATRO DE OPERAÇÕES E BLOCO LIVRE RECICLATO: PRÁTICAS ESPACIAIS INSURGENTES E ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Rodolpho Jordano Netto
Universidade Federal Fluminense
rodolphoknup@yahoo.com.br

1- INTRODUÇÃO

Desde meados de 2007 e de forma mais concreta a partir de 2013, algumas formas de manifestação tomam as ruas e as praças do centro da cidade do Rio de Janeiro. Surge, de maneira mais *espetacularizada* e com um número maior de participantes, no cenário político carioca os, de acordo com a grande mídia, *vândalos*. Eles se utilizam de uma tática, antiga dos movimentos anarquistas internacionais, chamada de Black Bloc. Também data desse período, de maneira mais pontual, as ações performáticas radicalizadas de coletivos como o Coletivo Coiote e as do Teatro de Operações como também, de maneira mais festiva, as ações do Bloco Livre Reciclato!. Estas, longe de se aterem a formas já conhecidas de manifestações, com suas tradicionais marchas seguindo um carro de som e ocupando por algumas horas e/ou minutos alguns espaços que contenham um significado político – em frente à Câmara do Deputados, para ficarmos em um exemplo comum das manifestações no centro da cidade do Rio de Janeiro, trouxeram/trazem formas de protesto que vão além da tradicional luta por direitos e questionam o próprio arranjo espacial da cidade, suas formas normalizantes/normatizadoras e de controle. As ações dos coletivos aqui pontuados trazem, assim, diversos questionamentos que vem sendo levantados por diversos intelectuais há anos, como Debord (1967), Lefebvre (1974/1981) até Moreira (2013, p.61-80), como iremos trabalhar mais à frente.

As ações dos Black Bloc, Coletivo Coiote, Bloco Livre Reciclato e Teatro de Operações trazem práticas de militância/protesto que se configuram como práticas espaciais do tipo insurgentes (SOUZA, 2010 p.29), pois têm um objetivo definido que é o de se insurgir à ordem normativa/normativizante e às formas de controle na cidade, ocorram elas através do poder explícito ou de forma subjetiva. Como já abordamos, trazem em seu cerne um conteúdo estritamente espacial, pois dependem de sua



territorialização no espaço público para se concretizarem. Diferente de outras formas de militância, as práticas espaciais insurgentes aqui estudadas dependem e têm como um dos objetivos o impacto visual e o de ataque aos objetos espaciais que compõem a cidade e, conseqüentemente, a paisagem do espaço citadino capitalista, como lojas e prédios de empresas, como iremos abordar de formas mais detalhada. Além disso, essas práticas se diferenciam, pois não possuem um local bem definido e estabelecido para se manifestarem, como o caso dos centros sociais, pré-vestibulares comunitários ou de feiras de economias coletivas que acontecem em uma área específica e bem delimitada ou das próprias manifestações tradicionais, como já havíamos apontado antes, que têm um trajeto bem definido.

2 - OBJETIVOS

Portanto, como se nota em nossa introdução, o presente trabalho se debruça sobre as práticas espaciais dos Black Blocs (Bbs), do Coletivo Coiote (CC), do Teatro de Operações (TO) e do Bloco Livre Reciclato (BLV) no espaço público do centro da cidade do Rio de Janeiro. Esse objeto de estudo nos colocou alguns questionamentos iniciais fundamentais como: i) os estudos sobre o arranjo espacial e/ou substrato material espacial capitalista nos ajuda a compreender as ações e os questionamentos colocados por esses coletivos e práticas? ii) de que maneira esses coletivos (re)utilizam e (re)significam o espaço público? iii) quais práticas espaciais são utilizadas por esses coletivos para conseguirem se territorializar frente a repressão?

3 - METODOLOGIA

Para respondermos aos questionamentos levantados acima e pelo nosso prévio envolvimento com as práticas estudadas, propomos aqui uma abordagem de pesquisa militante. Esse conceito é colocado pelo coletivo *Militant Research*, que vê aí uma proposta de pesquisa que trabalha junto aos movimentos dos quais trata (MILITANT RESEARCH COLLECTIVE, 2013). Nas palavras do coletivo,

“a participação ativa e comprometida do pesquisador no movimento político de seus sujeitos. Em oposição a, por exemplo, a observação participante, um método favorecido entre etnógrafos, pesquisador militante envolve participação por convicção, onde pesquisadores têm um papel nas ações e compartilham os objetivos, as estratégias, e a experiência de seus



05 a 08 de junho de 2017 - Campos dos Goytacazes - RJ - Brasil
companheiros devido as suas próprias convicções e não meramente por que essa conduta apresenta um caminho conveniente para obter seus dados [de pesquisa]” (Idem)

Dito isso, este trabalho se baseou em conversas com participantes dessas práticas e coletivos (20 participantes), além da participação e observação de suas territorializações no espaço público como mídia-ativista.

Consideramos importante, deixarmos explícitas as categorias de análise e conceitos que estamos utilizando e sua relação com as práticas aqui estudadas. Esperamos que fique evidente como esses conceitos nos ajudam a compreender essas práticas, para num segundo momento analisarmos de forma aprofundada as práticas aqui estudadas.

4 – PRÁTICAS ESPACIAIS INSURGENTES, ARRANJO ESPACIAL CAPITALISTA E ESPAÇO PÚBLICO

Como havíamos anunciado, consideramos que as práticas de militância aqui estudadas se configuram como práticas espaciais do tipo insurgente (SOUZA,2010 p.13-48). Antes de mais nada, deve-se deixar explícito nosso entendimento sobre práticas espaciais. Segundo Henri Lefebvre, consistem “em uma projeção ‘sobre o terreno’ de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social” (LEFEBVRE,1981 p.14), nos colocando que “... em nenhuma circunstância é razoável pensar as relações sociais sem pensar junto o espaço” (*Idem*). Porém, a concepção de Lefebvre deixa um pouco em aberto a categoria de práticas espaciais, dando brecha para concepções generalizadoras do que seria uma prática social densamente especializada. Para que esse erro de interpretação não seja cometido, Souza coloca que

Nenhuma prática humana é totalmente independente do espaço social, mas ocorre que algumas se mostram apenas limitadamente dependentes da dimensão espacial da sociedade, ao passo que outras se acham forte e diretamente impregnadas dessa dimensão, em aspectos que vão da identidade à organização. São estas últimas que merecem (...) a designação simplificada de práticas espaciais, as quais são ‘práticas sociais densas de espacialidade’” (SOUZA, 2010 p.23)



Marcelo Lopés de Souza irá apontar que estas podem ser de diversos tipos, ou seja, elas podem servir ora para a heteronomia, ora para lutas contra a heteronomia e/ou para a autonomia (SOUZA, 2013, p.246-247).

Como afirmamos acima, as práticas dos grupos aqui estudadas se configuram como práticas espaciais insurgentes, pois estas trazem em seu cerne um conteúdo estritamente especializado e uma crítica direta e/ou indireta à própria produção do espaço. Segundo Souza, “As práticas espaciais propriamente insurgentes têm a ver, cima de tudo, com a ação direta” (2010, p.29), sendo consideradas insurgentes, pois vão “ (...) contra a propriedade privada e os demais pilares da ordem sócio-espacial heterônoma” (*Idem*). Porém, como aponta o mesmo autor, estas pode ser classificada de diversas maneira: “a) violentas ou não-violentas; b) duráveis ou efêmeras; c) imediatamente políticas ou imediatamente culturais; d) ruidosas ou silenciosas; e) abertas ou (às) escondidas; f) local ou supralocal” (SOUZA, 2010 p.33-34). Apesar dessa vasta categorização, propomos uma outra abordagem que sintetiza algumas características apontadas por Marcelo Lopés de Souza e dá um outro caráter as práticas espaciais insurgentes, a categoria de *levante*.

Segundo Hakim Bey, levante

“ (...) sugere a possibilidade de um movimento fora e além da espiral hegeliana do ‘progresso’ que secretamente não passa de um ciclo vicioso (...) é um momento que surge acima e além do tempo, viola a lei da história (...) é temporários, uma experiência de pico secomparada ao padrão normal de consciência e experiência. Como os festivais, os levantes não podem acontecer todos os dias – ou não seriam extraordinários (...) o ataque é feito as estruturas de controle, essencialmente as ideias (...) representa uma possibilidade muito mais interessante, do ponto de uma psicologia de libertação, do que as ‘bem-sucedidas’ revoluções burguesas, comunistas, fascistas e etc.” (BEY, S/d p.29-35)

Ou seja, ao usarmos a categoria de *levante* junto a de *práticas espaciais insurgentes* mesclamos algumas das características propostas pelo geógrafo Marcelo Lopés de Souza (2010, p.33-34) como a de violentas e não violentas, ruidosas, abertas, político e culturais como também a de escala local. Acreditamos que as práticas aqui estudadas sintetizam todas estas categorias apontadas anteriormente, formando uma nova categorização a de *práticas espaciais insurgentes do tipo levante*.



Fazer-se presente em espaços públicos, onde os fluxos de pessoas sejam maiores, possibilitando um maior encontro entre diferentes e onde a visibilidade seja privilegiada é fator de extrema importância para o acontecimento das formas de manifestação aqui estudadas. Como nos aponta Paulo Cesar da Costa Gomes, uma das características fundamentais do espaço público é o fato de que “tudo se transforma em visibilidade e reconhecimento”, um “efeito espelho” como é proposto por este autor, ou seja, o ato de ver e ser visto, em que alguns espaços proporcionam uma maior visibilidade e outros menos (GOMES, 2012 p.28). Como iremos ver adiante, para o CC, TO e BLV essa característica, apontada por esse autor, é essencial, porque sem ela as práticas deste grupo se esvaziariam de sentido.

Outro fator importante de escolha para o acontecimento dessas práticas serão os espaços onde existem uma maior disposição destes objetos que compõem o arranjo espacial capitalista (como é colocado por MOREIRA 2013, P.68) – como lojas de grandes marcas, sedes de empresas multinacionais – em que o ataque a estes “símbolos” do capital seja possibilitado.

Para que não se gere mal-entendidos, se torna importante pontuar, fazendo um diálogo entre os dois autores apontados acima, que não compartilhamos de uma ideia dicotômica entre espaço público e espaço político. Usamos a categoria espaço público, neste trabalho, entendendo que o caráter público e político são ativações dos espaços sociais. Como é posto por Moreira,

“(…) o espaço geográfico é parte fundamental do processo de produção social e da estrutura de controle da sociedade (...) o processo formador do espaço geográfico é o mesmo da formação econômico-social. Por isso, tem por estrutura e leis de movimento a própria estrutura e leis de movimento da formação econômico-social” (MOREIRA, 2012 p.62)

Tendo deixado explícito os conceitos e categorias de análise que iremos utilizar, abordaremos agora de maneira detalhada as práticas espaciais insurgentes *do tipo levante* dos grupos estudados aqui.

5 – (GEO)GRAFIAS DAS PRÁTICAS ESPACIAIS INSURGENTES – BLACK BLOCS, COLETIVO COIOTE, BLOCO LIVRE RECICLATO E TEATRO DE OPERAÇÕES



Os Bbs, o CC, BLV e TO contêm características e formas de militância que os distinguem uns dos outros. Por isso, faremos agora uma exposição separada de cada grupo, para depois os analisarmos em conjunto.

Como primeira consideração acerca dos Bbs, é importante ressaltar que apenas esta prática não configura os envolvidos como um coletivo. É uma prática de manifestação que pode ser composta por diversas individualidades e por diversos coletivos. A prática tomou corpo e entrou na esfera política nacional a partir das manifestações de 2013. O termo Bbs remete às ações de autonomistas e anarquistas nos anos 80 na Alemanha, porém só vai ganhar força e ser conhecida internacionalmente nas manifestações em Seattle contra a Organização Mundial do Comércio em 1999. Segundo Francis Dupuis-Déri,

“O termo Black Bloc representa uma realidade mutável e efêmera (...) são compostos por agrupamentos pontuais de indivíduos ou grupo de pessoas formados durante a marcha ou manifestação. A expressão designa uma forma específica de ação coletiva, uma tática que consiste em formar um bloco em movimento no qual as pessoas preservem seu anonimato graças às máscaras e roupas pretas” (DUPUIS-DÉRI, 2014 p.10)

O Coletivo Coyote é um coletivo de performers que realizam suas práticas na maioria das vezes em espaço público ou compondo manifestações. Segundo Vergara,

O coletivo explora em suas performances a estética de uma violência pornográfica, trazendo temas como estupro e a degeneração através da vivência na rua. A escatologia, a nudez, o ato sexual e as técnicas de BDSM são estratégias que diluem o corpo no espaço, abrem ocos e fendas, derramam fluídos, mostram em um mesmo campo amor, violência e dor. (VERGARA, 2016, p.40)

O coletivo ganha reconhecimento no âmbito da grande mídia a partir de duas performances, uma que aconteceu em 2013, compondo uma manifestação intitulada “Marcha da Vadias”, em que as performers quebravam e se utilizavam de imagens sacras para a realização de suas práticas (<https://oglobo.globo.com/rio/manifestantes-quebram-imagens-sacras-na-praia-de-copacabana-9220356>). Outra performance com bastante repercussão ocorreu em 2014 intitulada “Xereca Satânik”, foi realizada durante a festa de encerramento de um seminário, em que as performances costuraram o órgão genital de uma das componentes do grupo com um terço católico dentro



(<https://extra.globo.com/noticias/rio/participante-de-performance-polemica-na-uff-recebe-ameacas-afirmam-amigos-12737193.html>).

O Bloco L!vre Reciclato acontece desde 2012 como forma de protesto ao desalojo de diversas ocupações na zona portuária do Rio de Janeiro. Inicialmente, o BLV acontecia em algumas sextas-feiras, se concentrando em uma praça e saindo em forma caminhada pelas ruas principais de um bairro bastante frequentado e turístico do Rio de Janeiro, o bairro da Lapa. Com as manifestações de 2013, o BLV além de acontecer sozinho, também começou a se juntar a outros atos. A prática consiste em pegar latas, toneis e qualquer coisa que faça barulho e sair em caminhada pelas ruas fazendo bastante barulho, distribuindo panfletos de conteúdo anarquista ou sobre alguma luta social e acontecendo diversas performances que interagem com os objetos do arranjo espacial.

O Teatro de Operações¹ surge em 2009, composto por diversos artista que foram desligados de um programa de extensão de uma universidade pública do Rio de Janeiro, a UNIRIO. Nas palavras do próprio coletivo,

Em oposição à ideia de obra de arte, o coletivo se propõe a pesquisar o que chamamos ‘operação artística’, como recurso contemporâneo para o teatro de rua. Em uma operação, o espaço geográfico (físico e político) é pensado como dramaturgia. Estudando os fluxos, as lógicas e as relações atuantes em um determinado espaço, é possível desenvolver e operar uma ação que dialogue com questões locais e globais. (TEATRO DE OPERAÇÕES In.: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100000045616024>)

Após termos apresentada-as de forma simplificada, consideramos que essas quatro práticas se configuram como *práticas espaciais insurgentes do tipo levante*, pois trazem características diferenciadas das formas de manifestações sociais comuns. Essas práticas se configuram como experiências de pico frente à ordem heterônoma da sociedade vigente. São experiências que acontecem sem regularidade, não têm um espaço definido para acontecer e nem um espaço suporte, como é comum às organizações, coletivos e partidos que articulam manifestações – com suas sedes,

1 Para assistir uma das práticas do grupo ver: <https://vimeo.com/36315174>



centros sociais entre outros. Tirando o TO, que tem uma prática para além de suas apresentações em espaço público, os outros têm uma existência nômade (BEY, 2010, p.44; VERGARA, 2016). As quatro práticas vão acionar diversas dimensões e características das práticas espaciais insurgentes elencadas por Souza (2010, p.33-34), tornando estas características se vistas de forma separadas², insuficientes para suas compreensões.

Por contas disso, a proposição da ideia de *levante* apontada por Hakim Bey (2010, p.29-35) se torna de extrema importância, pois além de trazer esse vínculo espacial que as práticas aqui estudadas necessitam, também aponta esse caráter de “*acontecimento*” que as práticas possuem, sendo um momento de ruptura ao cotidiano do espaço público urbano e suas normas e leis.

Muitas vezes os Bbs, BLV e o CC irão se utilizar dessa lógica de territorialização-desterritorialização-reterritorialização frente à repressão policial, se aproximando indiretamente de duas práticas defendidas e conceitualizadas pela Internacional Situacionista, a “*deriva*” e a “*criação de situações*”. Entendemos como *deriva* um modo de comportamento experimental ligado às condições da sociedade urbana, nas palavras de Guy Debord ela,

“... se apresenta como uma técnica da passagem rápida por ambivalências variadas. O conceito de deriva está indissociavelmente ligado ao reconhecimento de efeitos de natureza psicogeográficos e à afirmação de um pensamento lúdico-constructivo (...) o acaso tem um importante papel para a deriva” (DEBORD, 2003 [1958], p.86-87)

Como criação de situações Guy Debord nos aponta para uma forma de experimentação do espaço urbano, que vai desde uma utilização não racional deste até um novo modelo urbanístico e arquitetônica (*Idem*, p 43-55).

A deriva é utilizada de forma indireta, pois, ao não conseguirem se manter no local onde a manifestação ocorria, os manifestantes irão se reterritorializar em outros locais onde tenha um menor efetivo policial. Assim, essa estratégia, como apontamos acima, é utilizada frente à repressão policial, que tenta conter e/ou acabar com a

2 Não estamos afirmando aqui que Marcelo Lopés de Souza propõem utilizar essas características de formas separadas



manifestação. Para resistir a tentativa de desterritorialização, os Bbs, CC e BLV vão se reterritorializando em diversos pontos.

No caso dos Black Blocs, especificamente, respondem também à tentativa de desterritorialização montando barricadas a fim de impedir o avanço policial. Para isso, utilizam diversos objetos encontrados na rua para criarem estas. Tapumes, lixeiras, roupas, móveis e manequins expropriados de lojas podem ser utilizados para este fim.

Ao serem desterritorializados, em seus trajetos de dispersão irão atacar os objetos do arranjo espacial capitalista que estiverem a sua frente. Importante ressaltar o conteúdo de classe destes ataques - mercadorias de camelôs, bancas de jornais e pequenas barracas de comércio ambulante são preservadas. Dão ênfase a atacar objetos simbólicos do capitalismo que compõem o arranjo espacial, como bancos, lojas de grandes marcas e a prédio de multinacionais. A análise do cientista político Pablo Ortellado, sobre estas ações dos Black Blocs, nos coloca que

Ao contrário do que realmente se pensa, essa ação não é apenas não violenta como é predominantemente simbólica. Ela deve ser entendida mais na interface da política com a arte do que da política com o crime. Isso porque a destruição de propriedade a que se dedica não busca causar dano econômico significativo, mas apenas demonstrar simbolicamente a insatisfação com o sistema econômico (ORTELLADO, 2016)

Diferente dos BBs, o Coletivo Coiote e o Bloco Livre Reciclato já trazem no seu próprio acontecimento o ataque, de forma lúdica, aos objetos espaciais. A interação com estes é de extrema importância para que a prática chame mais atenção para aquilo que estão tentando comunicar. É importante ficar exposto que não estamos querendo generalizar as práticas dos Bbs, estes muitas vezes irão atacar os objetos do arranjo espacial capitalista sem necessariamente haver uma repressão policial, só que as práticas dos outros dois coletivos vão ter em seu cerne essa interação.

As características definidas por Paulo Cesar da Costa Gomes sobre o espaço público (2012, p. 19-42) nos ajudam a entender as práticas aqui estudadas. Sem a possibilidade do encontro, do ver e ser visto, as práticas perderiam um pouco de seus potenciais. O ataque a um banco, sem ser visto os agentes que o quebra, sem saber que houve uma manifestação naquele local, pode perder seu conteúdo político-ideológico,



seu simbolismo, pois qualquer outra ação poderia ter quebrado aquele banco. Sendo assim, essas práticas vão questionar a própria produção do espaço, suas regras e regimentos, apontado para uma certa violência que estaria intrínseca a construção da cidade no capitalismo. Esse fato nos coloca um questionamento importante acerca de uma certa neutralidade na produção do espaço, apontando para as questões políticas que está contida no espaço público. Ao se territorializarem, essas práticas colocam essas questões à tona.

Queremos dizer com isso, apoiados nas análises de Moreira (2013, p.61-80), Lefebvre (2013 [1974]) e da Internacional Situacionista (2003), que o espaço, inserido no modelo de sociedade vigente, vai produzir e reproduzir o padrão socioeconômico e político vigente, contento um teor político em seu cotidiano. O seu substrato espacial material, nas palavras de Souza (2013, p.63-76), ou seu arranjo espacial, nas palavras de Ruy Moreira (2013, p-61-80), vão trazer em seu conteúdo as relações de classe (LEFEBVRE, 2013 [1974]; HARVEY, 2006; MOREIRA, 2013 a e 2013 b) assim como a heteronormatividade como regime político (ver WITTIG, 1980; RICH, 1982). Portanto, trazer uma concepção de espaço público e espaço político pode ser ou uma visão estado-cêntrica do espaço ou uma visão simplista e não aprofundada.

6 – RESULTADOS PRELIMINARES

Com estes levantamentos, é possível concluir que, ao notarmos esses processos de formas e de produção do espaço na sociedade heterônoma, conseguimos compreender o valor simbólico das práticas espaciais insurgentes do tipo levante aqui estudadas. Estas têm como o objetivo o ataque simbólico aos objetos que compõem o arranjo espacial capitalista urbano.

As práticas ao se territorializarem irão trazer novas formas, através da contestação das normas que regem e constroem o espaço e os comportamentos no espaço público de utilização do espaço público. Essas práticas acionam o espaço público como um espaço dotado e transpassado por relações políticas e econômicas. Isso nos permite concluir que sua utilização e ocupação pelas manifestações tradicionais devem ser feitas de maneira contestadora, não apenas de forma utilitária, mas entendendo seus modos de produção classistas e heteronormativos.



Ao serem reprimidas pelo efetivo policial, essas práticas irão se utilizar de duas práticas propostas pela Internacional Situacionaista, a de *deriva* e de *construção de situação* para se manterem ocupando e (re)utilizando o espaço, seja através de barricadas (construção de situações), seja se desviando de forma lúdica da repressão.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, conseguimos de maneira resumida trazer nossos apontamentos e estudos sobre estas práticas espaciais e propor uma forma de análise das práticas espaciais insurgentes compondo o modelo proposto por Marcelo Lopés de Souza (2010).

Notamos que ao se territorializarem as práticas espaciais insurgentes do tipo levante acionam o conteúdo político contido e que transpassa o espaço público do centro da cidade do Rio de Janeiro. O fato de acontecer no centro da cidade, local de um maior fluxo de pessoas e que concentro diversos recursos e objetos do arranjo espacial capitalista, proporciona uma situação de maior alcance das críticas que estas práticas trazem.

Dito isso, achamos que um maior aprofundamento dos signos e significados imbutidos na produção da cidade nos dará uma maior compreensão dos efeitos políticos dessas práticas para com a sociedade e em relação ao sistema político-econômico e social vigente, nos colocando assim, questionamentos para além dos que respondemos aqui.

8 -BIBLIOGRAFIA

BEY, Hakim. Hakim Bey Volume 2. Editora Deriva. Porto Alegre. 2010.

DEBORD, Guy. Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional. p.43-59, In.: Apologia a Deriva: Escritos situacionistas sobre a cidade. INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Casa da Palavra. Rio de Janeiro. 2003.

DELEUZE, Gilles & GUATtARI, Félix. Mil Platôs Volume 5. Editora 34. São Paulo. 2012.

DUPUIS-DÉRI, Francis. Black Blocs. Veneta. 2009.



GOMES, P.C.C. Espaço público: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. p.19-42, In.: Olhares Geográficos: Modos de ver e viver o espaço. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, P.C.C. e CORRÊA, R.L. (Orgs.). Bertrand Brasil. 2012.

HARVEY, David. A produção Capitalista do Espaço. Editora Annableme. São Paulo. 2006.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Questões preliminares à construção de uma situação. p.62-64. In.: Apologia a Deriva: Escritos situacionistas sobre a cidade. INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Casa da Palavra. Rio de Janeiro. 2003.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Definições. p.65-66, In.: Apologia a Deriva: Escritos situacionistas sobre a cidade. INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Casa da Palavra. Rio de Janeiro. 2003.

LEFEBVRE, Henri. La producción del espacio. Capitán Swing. Madrid. 2013 (1974).

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar as máscaras sociais. p.61-80, In.: Pensar e Ser em Geografia, *Idem*. Editora Contexto. São Paulo. 2013.

MOREIRA, Ruy. O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil: Classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira. Editora Consequência. Rio de Janeiro. 2013.

ORTELLADO, Pablo. Ao contrário do que se pensa, a tática Black Bloc não é violenta. In.: cartacapital.com.br. 2016

SOUZA, Marcelo Lopés de. Com o Estado, Apesar do Estado e Contra o Estado: Os Movimentos Urbanos e Suas Práticas Espaciais, Entre a Luta Institucional e a Ação Direta. p.13-48, In.: Revista Cidades, V.7, N.11. Expressão Popular. São Paulo. 2010

_____. Substrato espacial material. p.63-76, In Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial. *Idem*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2013.

_____. Práticas espaciais. p.235-260, In Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial. *Idem*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2013.



RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lesbica. HURRAH!. São Paulo. 1982.

VERGARA, Camille. Corpo Transgressão: Manifesto Performance (Uma análise da economia política do corpo em performances de rua no Rio de Janeiro). Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2016